



CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO DEZASSEIS (2017-2021) DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL, RE-
ALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DO ANO
DE 2019. -----**

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.

**----- VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO.
REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL.-----**

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quinze minutos. ----- ~

----- Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Diego Enrique Rodrigues Garcia e António de Sousa Borges, tendo sido substituídos, nesta sessão, pelos membros José Figueiredo Castanheira, Manuel João Ferreira e Carlos Alberto Perdigão dos Santos. O Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas ao membro Carlos Alberto Perdigão dos Santos, por ser esta a primeira vez que participa neste órgão deliberativo.-----

----- A Assembleia Municipal estava constituída pelos vinte membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz,



Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Manuel João Ferreira, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, José Figueiredo Castanheira, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Alberto Perdigão dos Santos e Adelino Morgado Carneiro.

----- **REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.**

----- Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Rogério Mota Abrantes, do Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva, Toni Serge Costa Ribeiro e Ana Cristina Silva Sousa Borges. -----

----- **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado e expedido, encontrava-se arquivado em pasta, disponível para consulta e também tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os membros: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** -----

----- 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

----- **ORDEM DO DIA**-----

----- 2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- 3. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- 3.1 PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----



-----3.2 PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.
ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----4. **TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS/DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

----- 4.1 DECRETO-LEI N.º 116/2019 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DO MODELO DE COGESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS, EM 2019 E 2020. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

-----4.2 ACORDO DE FINANCIAMENTO, DEVIDO PELAS COMPENSAÇÕES A QUE SE REFERE O ARTIGO 24.º DO RJSPP – REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TAL COMO PREVISTO NO N.º 2 DO ARTIGO 7º DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E NOS TERMOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----5. **PROVEDOR DO MUNÍCIPE** -----

-----APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE.

-----6. **COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CARREGAL DO SAL** -----

-----SUBSTITUIÇÃO DE CIDADÃ ELEITORA DESIGNADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----9. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

-----De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações:-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA**-----

-----1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

----- **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE.**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia trinta de abril de dois mil e dezanove tinha sido enviada e não tinha recebido contributos, pelo que no seu entendimento poder-se-ia colocar em votação. -----

----- Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia trinta de abril de dois mil e dezanove, foi aprovada por maioria com quatro abstenções dos membros Carlos Alexandre Pais Baptista, António Marques da Costa Pinto, Carlos Alberto Perdigão dos Santos e Francisco Azevedo Silva e dezasseis votos a favor dos restantes membros.

----- **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE.**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e um de junho de dois mil e dezanove tinha sido enviada e não tinha recebido contributos, pelo que no seu entendimento poder-se-ia colocar em votação. -----

----- Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e um de junho de dois mil e dezanove, foi aprovada por maioria com seis abstenções dos membros Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Carlos Alexandre Pais Baptista, Carlos Alberto Perdigão dos Santos e António Marques da Costa Pinto e catorze votos a favor dos restantes membros.

----- **CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS.**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, reafirmando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejarem. -----

----- Da correspondência rececionada, salientou o abaixo-assinado, subscrito por docentes do Concelho, emanado do Sindicato dos Professores da Região Centro, apelando para que os órgãos do



Município recusem a transferência de competências no domínio da Educação. -----

----- Deu a conhecer as suas participações e da Mesa em reuniões e eventos, destacando a sua presença: Abertura das Festas do Concelho; Feriado Municipal; Festival de Folclore da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato; e Octogésimo Aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal. A Assembleia Municipal não pôde comparecer na Festa do Associado, promovida pela Associação de Póvoa da Pegada.-----

----- Referiu-se à ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção e poder de síntese no uso da palavra, aquando das intervenções, para a celeridade necessária e o bom andamento dos trabalhos. -----

----- **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este período, aceitando inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os membros da Assembleia Municipal a seguir identificados: -

----- *Manuel António Tavares Santos* – Após a apresentação de cumprimentos, afirmou que iria começar a sua intervenção para interpelar a Câmara Municipal sobre o tema Ambiente e mais propriamente sobre a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais e do Subsistema de Currelos, assunto que de que há dois anos a esta data a bancada do Partido Social Democrata tem vindo a questionar. Disse que o Presidente da Câmara, na sua última reunião, tinha referido que o processo de construção do Subsistema de Currelos se encontrava em Tribunal, por causa de uma providência cautelar. Mencionou que, de acordo com o ditado popular, os problemas não se arranjam, evitam-se, pelo que se a Câmara Municipal falhou, porquanto se previa que poderiam existir problemas, por ser a empresa projetista a fiscalizar, deveria ter tido mais cuidado. A situação atrasou pelo menos em cinco meses o início da execução da obra. Mudando de assunto e referindo-se à Fundação José Nunes Martins, afirmou que face ao *deficit* de nove mil euros, tinham sido pedidas

comparticipações aos familiares das pessoas que se encontram nesta instituição de modo a ultrapassar esta situação, quer do corrente ano, quer do ano anterior. Disse não compreender porque é que a Câmara Municipal não apoiava uma Instituição Particular de Solidariedade Social que se encontra totalmente ao serviço das populações. E, por se falar muito em contas certas, a bancada do Partido Social Democrata e os munícipes em geral, gostariam de conhecer as contas das Festas do Concelho, requerendo tal propósito ao Presidente da Assembleia Municipal. Por último, referiu-se ao preço da água e a uma tabela que tem circulado na comunicação social e nas redes sociais, que mostra a diferença em dez municípios do distrito de Viseu e Carregal do Sal é o terceiro que tem a água mais cara, pedindo explicações sobre esta discrepância.

----- *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Após a apresentação de cumprimentos, interpelou a Câmara Municipal no sentido de esta informar sobre o ponto de situação da constituição da EIMAR – Empresa Intermunicipal. Mudando de assunto e como cidadão, disse não ter compreendido a deliberação da Assembleia da República, relativamente ao projeto do Centro Interpretativo do Estado Novo, parecendo-lhe que nenhum deputado teria os conhecimentos necessários para analisar e votar. Referindo-se à eventual falta de informação, quis saber se o projeto que ao que se sabia estava a ser desenvolvido pela ADICES, englobava a Casa do Passal e se nele estavam previstos todos custos de funcionamento, também os da Casa do Passal, ao que o Presidente da Câmara se tinha referido numa última reunião e que estavam a dificultar a aprovação da candidatura e o arranque da obra. Questionou, especificamente, o que tinha sido feito pela ADICES e pelos municípios abrangidos, junto do Ministério da Cultura, no sentido de ser este a assumir os encargos. -----

----- *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Após a apresentação de cumprimentos, quis demonstrar publicamente o seu contentamento e felicitar o Executivo relativamente ao acolhimento e resolução de alguns assuntos que tem vindo a trazer a sessões desta Assembleia Municipal. Destacou o sombreamento do “Centro Educativo”, no seu parque exterior, a reabilitação das guardas da ponte



da estrada do Sobral/Carregal do Sal, o transporte dos alunos do CMAD, na medida em que de acordo com informação prestada pelo Conservatório possivelmente, na próxima semana, a Câmara Municipal iria disponibilizar um autocarro, às quartas-feiras, para viabilizar esse transporte. Disse ter ficado muito feliz e felicitava por isso a Câmara Municipal. Salientou que vale a pena ser persistente nos assuntos, pois acaba-se por ter resultados. Também quis saber qual o ponto de situação da climatização do “Centro Educativo”, uma vez que em data recente faltava o plano de segurança e saúde e na sessão anterior desta Assembleia Municipal ainda se mantinha a situação. Concluiu, referindo-se a um outro assunto sobre o qual ainda não tinha obtido resposta e que tem a ver com o levantamento de condutas de água de fibrocimento que ainda estejam a ser utilizadas, embora sabendo que não deviam ser muitas, sabia que ainda existiam e que se deveria pensar na sua substituição. -----

-----*António Manuel Lopes Batista* – Após a apresentação de cumprimentos, afirmou mostrar a sua preocupação por e face à aproximação da época das primeiras chuvas, se verificarem situações de inundações, devido à falta de limpeza de sarjetas e de valetas. Referiu-se, ainda, à necessidade de se proceder à reparação e intervenção nas vias públicas, bem como na iluminação das mesmas, que em certas zonas não existe. Exemplificou que era do seu conhecimento que um cidadão teve um acidente na estrada junto ao cemitério de Oliveira do Conde, devido à degradação do pavimento, questionando se a Câmara Municipal tinha conhecimento e se tomou providências para o indemnizar. Acrescentou que a zona do cemitério de Fiais da Telha, por altura das chuvas, se torna intransitável para os peões, necessitando de intervenção e acreditava não serem casos únicos, pelo que apelava a uma maior fiscalização e intervenção na limpeza de estradas e sarjetas. -----

-----*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu-se à substituição de luminárias e que com a troca para led não melhorou, existindo muitas zonas de sombra. Com a iluminação e projeto de melhoria e eficiência energética, o serviço e a eficácia não

se verifica, estando o serviço pior. -----

----- *José Manuel Lopes Flórido* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu que aquele era o lugar certo para discutir os problemas do Concelho, tendo-se referido à vegetação existente na estrada de Carregal do Sal a Santa Comba Dão. Continuam a existir árvores que ultrapassam o eixo da via. Disse já ter alertado o Presidente da Junta de Freguesia de Parada, sobre uma situação de um pinheiro de grande porte, que caiu em cima de outro e que podem cair a qualquer momento. O país de Norte a Sul é sempre a mesma história, não existem regras para nada e, no âmbito de candidaturas, colocam-se eucaliptos a cinco metros do alcatrão, não sabendo ao certo qual é a distância mínima. Concluiu, referindo que a prevenção poderá obviar a eventuais desgraças que possam acontecer e que depois todos irão lamentar. -----

----- *Manuel João Ferreira* – Após a apresentação de cumprimentos, pediu à Câmara Municipal para fazer um ponto de situação relativamente a determinados investimentos que tinham merecido o voto favorável do Bloco de Esquerda, nomeadamente a construção do novo canil, a esterilização das colónias de gatos, a criação do Gabinete do Cuidador Informal, se está concluída a lista dos prédios devolutos, tendo em vista o agravamento das taxas do IMI, e a construção do Subsistema de Currelos. Concluiu, para dar os parabéns ao Gil Mendes, pelas suas prestimosas participações na natação adaptada e à Beatriz Gomes pela sua participação no programa La Banda. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder as questões suscitadas. -----

----- *Presidente da Câmara* – Após a apresentação de cumprimentos, respondeu às questões formuladas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Ao membro Manuel António respondeu que se deveria informar primeiro sobre a forma como os procedimentos concursais se processam antes de atribuir culpas ao Executivo Camarário. A Câmara Municipal lançou um concurso na plataforma e as propostas dos concorrentes são analisadas por um júri. Acontece que quem apresentou a melhor proposta foi a mesma empresa que fez



o projeto e no seu entender não via nenhum mal por isso. A *Ripórtico*, uma das empresas concorrentes, reclamou com o fundamento de que a empresa que fez o projeto não deveria fazer a fiscalização e o júri aconselhou-se com os serviços jurídicos, concluindo que nada existia para retificar, não dando provimento e dando seguimento ao processo. Quando assinou o documento da consignação da prestação de serviços de fiscalização, a Câmara Municipal foi notificada pelo Tribunal que determinou a suspensão da eficácia do contrato de fiscalização. Entretanto, foi feito um requerimento ao juiz para levantar a suspensão, não tendo a Câmara Municipal, de momento, qualquer resposta. O Executivo Camarário não tem a mais pequena culpa do que está a acontecer. Também não culpa a *Ripórtico* por estar a defender os seus interesses, mas tal situação pode trazer problemas à Câmara Municipal, face ao atraso do início da obra e ao quadro de comparticipação da empreitada pelos fundos comunitários. Referiu que se esse assunto incomodava o membro Manuel António, à Câmara Municipal incomodava muito mais. A Câmara Municipal, no que se refere a apoios, deve-o fazer relativamente a todas as instituições particulares de solidariedade social e, no caso da Fundação José Nunes Martins, recordou que as pessoas que lá estavam tinham baixos rendimentos e os familiares têm capacidades para apoiar, através de uma pequena comparticipação. Disse ter sido uma forma de arranjar mais algumas receitas e de ter alguma folga e fundo de manuseio. A Câmara Municipal estará pronta a apoiar, como o fez com outras instituições similares, nas obras que a Fundação irá realizar, mormente, de melhoria das atuais instalações. Afirmou não compreender porque é que se misturava o que se gastou com as Festas do Concelho, com o assunto específico da Fundação José Nunes Martins. Sobre a organização das Festas do Concelho, que a Câmara Municipal promoveu no corrente ano por entender ser necessário proceder à sua revitalização, informou que as mesmas iriam dar um prejuízo de cerca de quarenta e cinco mil euros, que poderá ser significativamente reduzido se a preparação das mesmas acontecer mais cedo. Adiantou que se a Assembleia Municipal assim o entender, a Câmara Municipal poderá começar já no próximo mês tal propósito, concluindo que as

Festas do Concelho podem gerar receitas para a Câmara Municipal. Quanto ao preço da água no distrito de Viseu, afirmou que não iria voltar a dar a explicação que, sistematicamente, já tinha dado, informando não serem fáceis as negociações com a empresa Águas do Planalto. Se na altura a administração do Planalto Beirão, em vez de pedir dinheiro emprestado, tivesse feito o que os municípios de Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e outros fizeram relativamente à Barragem de Fagilde, no sentido de ser o Estado a pagar a obra, provavelmente ter-se-ia uma situação bastante mais desafogada e o preço da água estaria muito mais barato.-----

----- Ao membro Casimiro Loureiro, deu as explicações sobre a constituição da empresa intermunicipal EIMAR e as vicissitudes que têm impedido a celeridade desejável. Quanto ao Centro Interpretativo, que conta com a participação dos municípios de Penacova, Mortágua, Santa Comba Dão, Tondela, Carregal do Sal e Seia, que a ADICES está a dinamizar, descreveu as diligências efetuadas e de este projeto ter sido apresentado à Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que mostrou toda a abertura para uma eventual candidatura. No concernente à Casa do Passal descreveu, de forma pormenorizada, as diligências feitas com a nova Diretora Regional de Cultura do Centro, sugerindo a realização de uma reunião para a colocar ao corrente da candidatura e do projeto da obra. Recordou, a propósito, que as verbas consignadas são apenas para a obra física (segunda fase), ficando por fazer tudo o resto. Disse que na sequência das diligências, a Diretora Regional tinha proposto a concretização de um protocolo de gestão da Casa do Passal, tripartido, envolvendo a Direção Regional de Cultura do Centro, o Município de Carregal do Sal e a Fundação Aristides de Sousa Mendes, tendo procedido à leitura das competências principais de cada uma das partes, concluindo que a Câmara Municipal ficaria com o ônus de praticamente todas as despesas de funcionamento da Casa do Passal, secundada pela Fundação Aristides de Sousa Mendes que como era do conhecimento geral não tinha quaisquer possibilidades de gerar receitas. Concluiu, referindo que a Direção Regional de Cultura não se predispõe a gastar qualquer verba, pelo que a sua opinião é de não aderir a este protocolo, dando, ainda, informação sobre as patologias



detetadas na segunda fase da obra e que não se encontravam reparadas, o que era do desconhecimento da atual Diretora Regional, que tinha informação desta situação se encontrar resolvida.-----

----- Ao membro Sandra Cortês referiu que após vários estudos realizados, chegou-se à conclusão que só há uma maneira de resolver este problema e é o que vai ser feito. Assim, a Câmara Municipal já solicitou à firma J. Flório um estudo sobre a climatização, disponibilizando, para o efeito, os desenhos das salas, não querendo dizer com isto que o trabalho lhe venha a ser adjudicado. Vai ter que ser aberto o respetivo procedimento concursal. O estudo e solução pedidos à firma J. Flório é o menos oneroso, traz vantagens quanto à execução, pois outras soluções, para além de serem bastante mais dispendiosas, na ordem dos trezentos/quatrocentos mil euros, obrigariam ao levantamento de tubagem e destruição de revestimentos, tetos e convetores; outro material, bem como a retirada da caldeira existente. Disse esperar que a firma J. Flório entregue rapidamente o estudo solicitado, sendo que a parte elétrica será feita pelos serviços camarários, sala a sala, sem interromper genericamente as atividades e o resto será feito pela empresa que vier a ganhar o procedimento concursal. --- Relativamente ao levantamento das condutas de água, em fibrocimento, afirmou que existem algumas, mas que não ofereciam qualquer perigo. O levantamento estava feito e numa próxima sessão desta Assembleia Municipal iria dar a necessária informação e se possível informar sobre a sua substituição. Quanto à parte restante da sua intervenção, a mesma será respondida pelo Vice-Presidente da Câmara. -----

----- Ao membro António Batista informou que todos os anos esse trabalho de limpeza e desobstrução das sarjetas é feito por equipas municipais. São várias as estradas que têm de ser arranjadas e só em marcações está previsto um encargo de trezentos mil euros. Disse ser um problema comum aos municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, referindo-se às diligências feitas junto do banco europeu de investimentos. Relativamente aos acidentes disse

que os mesmos acontecem infelizmente em todo o lado e nem sempre é motivado pela degradação das estradas. -----

----- Ao membro Manuela Campos referiu que concordava com o que tinha dito e iria diligenciar para ser encontrada uma solução.-----

----- Ao membro José Flórido afirmou que também tinha razão na sua exposição, recordando, no entanto, que a vegetação tinha sido cortada em março findo. Informou que a Câmara Municipal irá receber, na próxima segunda-feira, um equipamento especialmente destinado às limpezas, estando em curso o recrutamento de um técnico superior para o Gabinete Técnico Florestal e de uma equipa de sapadores florestais. -----

----- Ao membro Manuel Ferreira respondeu, informando sobre a situação do canil municipal e do facto do concurso ter ficado deserto e sobre o levantamento dos prédios devolutos, vai ficar afeto um técnico ao sistema de informação geográfica (SIG) que vai concluir o levantamento. Informou que a parte restante da sua intervenção será respondida pela Vereadora Cristina Borges.-----

----- *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Após a apresentação de cumprimentos, informou que a esterilização passará para o novo canil e que a colónia de gatos só se tinha verificado em Cabanas de Viriato. Quanto aos parabéns à natação adaptada, uma iniciativa fantástica, e à Beatriz Gomes, pediu para que os parabéns fossem alargados a todos os que participaram nas Festas do Concelho. -----

----- *Vice-Presidente da Câmara* – Após a apresentação de cumprimentos, respondeu ao membro Sandra Cortês, afirmando que a persistência de que falava era uma pseudo persistência, já que era a segunda vez que a Câmara Municipal era contactada para, de forma direta, assumir o transporte dos alunos para o CMAD. Prosseguiu, referindo que há dois anos, em concertação com a associação de pais, se tinha estado num ponto semelhante ao deste ano; depois, por vicissitudes várias, não imputáveis à Câmara Municipal, só em finais de maio, princípio de junho passado, numa reunião com o CMAD, esse assunto voltou a ser abordado e a Câmara Municipal disse aquilo que sempre disse:



estava disponível para analisar a possibilidade de efetuar esse transporte. Em setembro, ou melhor há cerca de uma semana, a Câmara Municipal recebeu um contacto do CMAD, a informar que estavam a tentar integrar essa deslocação na disponibilidade dos transportes escolares. Posteriormente, veio um pedido oficial, já com os horários a cumprir. Analisados os horários, foi possível, desde logo, verificar que se mantinha o constrangimento que, há dois anos atrás fez com que as coisas se dificultassem. Recordou que, às quartas feiras, as empresas fazem o transporte dos alunos à hora de almoço porque não há aulas de tarde, o que significa que não havia disponibilidade de transporte antes das catorze horas e quinze/catorze horas e trinta minutos. Referiu ainda que contactou informalmente a Empresa Marques dando-lhe nota destas pretensões e esta reportou-lhe de imediato os problemas de ida, que teria de acontecer ou antes das treze horas e trinta minutos ou depois das catorze horas e trinta minutos. Donde concluiu que não havia problemas para o regresso, nem com as verbas a despender por parte da Câmara Municipal, mas que havia com a ida. Por informação de um elemento da associação de pais, recentemente, soube que a maioria dos alunos não conseguia estar disponível, para ser transportado, às treze horas. Disse que o contacto com o CMAD, atrás referido, tinha sido o último sobre este assunto e, neste momento, não sabia rigorosamente mais nada. Salientou que a Câmara Municipal só precisava de informação para poder avançar e qual o horário a praticar. Concluiu que a Câmara Municipal não está em condições de garantir quando o transporte vai começar e em que horário, ressalvando que, da parte desta, há e houve sempre disponibilidade para efetuar esse serviço. Acrescentou que sendo possível a concretização do transporte, com autocarro especialmente fretado para esse efeito, vindo de Viseu, ficando uma tarde inteira por conta da Câmara Municipal, esse serviço seria incomportável em termos financeiros. À Câmara Municipal cabe zelar por aquilo que é de todos nós e manifesta mais uma vez disponibilidade para se encontrar um ponto de equilíbrio que agrade nomeadamente aos encarregados de educação e que possa ser feito com os autocarros disponíveis localmente.-----

----- Pediu, ainda, para se referir à intervenção do membro Manuel António, afirmando que a sua honra tinha sido ferida, nas palavras proferidas, ainda que circunstanciais, e, porque quem não se sente não é filho de boa gente, afirmou que se o Executivo Camarário não tem culpa, o júri do qual foi presidente também não o tem, porquanto se limita a verificar a conformidade das candidaturas, se reúnem ou não condições, estando de consciência tranquila e não se revendo numa situação de culpabilidade. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal autorizou, de novo, o uso da palavra. -----

----- *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para afirmar que as suas palavras não tinham sido bem entendidas, não sendo sua intenção colocar em causa a honra do Vice-Presidente da Câmara e se tal aconteceu pede desculpas. O que tinha dito foi que o Executivo Camarário tinha tido culpa, por não ter avaliado bem a situação previamente, na medida em que os problemas não se arranjam evitam-se. Disse conhecer a tramitação dos concursos. Afirmou que quanto às Festas do Concelho, apenas questionou e quis saber as contas, pertencendo à Câmara Municipal adotar o modelo que achar mais adequado, nas suas vantagens e desvantagens. Agradeceu a frontalidade e clareza das explicações sobre a Casa do Passal. -----

----- *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para complementar a sua intervenção, dizendo que o seu objetivo era de alertar para a construção de novas sarjetas. Quanto aos acidentes, afirmou que por regra existem sempre responsáveis, e havia que apurar responsabilidades e prevenir para que situações anómalas não aconteçam. -----

----- *Paulo Catalino de Almeida Ferraz* – Após a apresentação de cumprimentos, para responder ao repto sobre a organização das Festas do Concelho, afirmou que a bancada do Partido Socialista é de opinião que as mesmas devem estar sob a alçada da Câmara Municipal, devendo os grupos municipais manifestar expressamente a sua posição, dado que as decisões políticas são para se tomar naquele espaço. Disse que pelas razões apontadas, nomeadamente a preparação tardia, este ano não



foi possível rentabilizar, em receitas, o melhor cartaz de artistas, as melhores condições das tasquinhas, mas entende que o figurino deveria continuar, podendo ser equacionada e ponderada a duração das Festas do Concelho, em menos dias. Quanto à Casa do Passal disse ser uma prioridade do concelho de Carregal do Sal, pelo que deve ser criado um projeto condigno em torno das memórias que a mesma alberga e poderão ser discutidos os acordos, a forma de financiamento do funcionamento, as responsabilidades que cada um deve assumir, mas isso não poderá ser pretexto para colocar em causa a dignidade e a importância do projeto para o Concelho, um legado que os órgãos do Município têm de honrar.

----- *Carlos Alberto Perdigão dos Santos* – Após a apresentação de cumprimentos, usou da palavra para referir que a estrada referida pelo membro António Batista, junto ao cemitério de Oliveira do Conde, encontra-se em estado razoável e não está na lista das prioridades sobre a situação dos Fiais da Telha, disse ser verdade que naquele local se acumula águas, tendo descrito as diligências já efetuadas e a possível solução.-----

----- *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra, respondendo ao membro Manuel António, para afirmar que o júri não pode evitar os problemas, pois não tem interferência na colocação dos documentos na plataforma.-----

----- *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para na sequência da intervenção do Vice-Presidente da Câmara, referir que se tivesse dado razão à empresa reclamante, provavelmente a outra iria reclamar. Ao membro António Batista respondeu que se todas as sarjetas estivessem abertas e a receber as águas pluviais, provavelmente não existiriam estes problemas. Mas as pessoas não querem as águas nas suas propriedades. Ao membro Paulo Catalino, referiu que mais importante do que os dias de duração das Festas do Concelho será arranjar dois ou três patrocinadores excelentes. Quanto à Casa do Passal, referiu que a Câmara Municipal não estava a abandonar a Casa do Passal, bem pelo contrário. Não tem tido, no entanto, a mesma iniciativa, dinâmica e vontade dos seus parceiros.

Quanto às despesas, a Câmara Municipal não pode entrar em situações de *deficit*, como já são os casos da Biblioteca, Museu Municipal e Julgado de Paz.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu por concluído este ponto da ordem do dia e informou que iria dar continuidade aos trabalhos.-----

----- **ORDEM DO DIA**-----

----- **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para informar que a Câmara Municipal tinha a apresentação preparada e que primaria por a apresentar, mas que caso a Assembleia Municipal o entendesse poderia prescindir de a apresentar e responder às questões que viessem a ser colocadas, o que veio a ser aceite.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, aceitando inscrições. -

----- *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Usou da palavra para pedir esclarecimentos acerca das verbas atribuídas às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal e de Cabanas de Viriato, relativamente à comparticipação das EIP – Equipas de Intervenção Permanente, tendo-se chegado à conclusão de que havia uma inversão de valores, o que foi prontamente corrigido.-----



----- Não tendo sido registadas mais inscrições para debate deste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. -----

----- **3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- **3.1 PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para justificar o não envio da documentação em suporte papel, por ser volumosa, referente ao ponto em análise Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, declarando aberto o período de debate, aceitando inscrições. -----

----- *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que respeitava e compreendia as razões apontadas, mas entendia que esta Assembleia não estava em condições de analisar e votar em consciência este ponto nem o seguinte, por não ter sido disponibilizado um *link* para o efeito e só na tarde do dia anterior, é que foi colocado *on line*. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou que tinham sido dadas ordens, há bastante tempo, para o *link* ser disponibilizado, o que foi feito através de ofício ou *email*. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para descrever as diligências havidas com os representantes dos grupos municipais, para explicar telefonicamente a não reprodução em papel, tendo informado que tinha ordenado o envio, de imediato, da comunicação a dar conhecimento do *link* de acesso. Afirmou que a Câmara Municipal necessitava urgentemente de ver aprovado este plano, de modo a não ser penalizada em projetos que estão em aprovação, para além da eventual penalização e retenção do Fundo de Equilíbrio Financeiro. -----

----- *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para pedir à Mesa mais rigor no envio da documentação para os membros da Assembleia Municipal. Contudo, dado que o docu-

mento foi aprovado por diversas entidades, disse sentir-se esclarecido e a bancada do Partido Socialista legitima a aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.-----

----- *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para se referir à conversa telefónica havida com o Presidente da Câmara, tendo afirmado que o que tinha ficado acordado foi de ser enviado para todos os membros de um *link* de acesso e quem tivesse dúvidas poderia consultar o processo que se encontrava patenteado no Gabinete da Proteção Civil. Em relação ao ponto seguinte, foi acordado que seria de enviar a documentação, por ser menos volumosa, para os representantes dos grupos municipais. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que tinha sido feito um *email* onde eram dadas as informações agora referidas, sendo que a disponibilização para o público é feita sempre em momento posterior e mais próximo da data da realização da sessão da Assembleia Municipal.-----

----- *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para informar que no acesso reservado aos membros da Assembleia Municipal, os documentos estiveram sempre disponíveis, desde a data da convocatória.-----

----- *Francisco Azevedo da Silva* – Após a apresentação de cumprimentos, disse que tendo a convocatória data de dezassete de setembro, qualquer membro poderia contactar a Câmara Municipal e questionar sobre a não disponibilidade dos documentos ou do *link* de acesso. -----

----- *José Manuel Lopes Flório* – Usou da palavra para dizer que antigamente, em documentos importantes como o que estava a ser analisado, havia sempre disponibilidade de um técnico da Câmara Municipal para explicar; contudo, confiava na Câmara Municipal e tinha o seu voto favorável. -----

----- *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para referir que a intenção da bancada do Partido Social Democrata era abster-se, mas pelo respeito que as entidades envolvidas lhe mere-



ciam, iria votar a favor. Todavia, disse que não se deveriam inverter os papéis e é à Mesa da Assembleia Municipal que incumbe garantir a distribuição e entrega atempada de documentos. -----

-----*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que na próxima segunda-feira iria averiguar o que se tinha passado. -----

-----Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: unanimidade.-----

-----Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. -----

----- A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos: ----

-----“Declaração-----

----- A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente ao ponto 3.1. da Ordem dos Trabalhos da Assembleia Municipal – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, vota a favor única e exclusivamente por respeito das entidades envolvidas, dado que o documento não foi disponibilizado para análise”.-----

-----3.2 PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal reiterou as palavras proferidas a propósito do ponto anterior, declarando aberto o período de debate, aceitando inscrições, no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

----- Como não houve inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: unanimidade. ----

----- Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. -----

----- A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos: ----

----- “Declaração-----

----- A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente ao ponto 3.2. da Ordem dos Trabalhos da Assembleia Municipal – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vota a favor única e exclusivamente por respeito das entidades envolvidas, dado que o documento não foi disponibilizado para análise”. -----

----- **4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS/DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** ----

----- 4.1 DECRETO-LEI N.º 116/2019 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DO MODELO DE COGESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS, EM 2019 E 2020. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente ao Decreto-Lei número cento e dezasseis barra dois mil e dezanove – Transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio do modelo de cogestão das áreas protegidas, em dois mil e dezanove e dois mil e vinte. -----



----- *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para clarificar a deliberação da Câmara Municipal, dizendo que o objetivo era assumir a competência no ano de dois mil e vinte.-----

----- Como não houve inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado:-----

----- Contra – 1 (um) voto; -----

----- Abstenção – 0 (zero) votos; -----

----- A favor – 19 (dezanove) votos. -----

----- Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com um voto contra do membro Manuel João Ferreira e dezanove votos a favor dos restantes membros, aprovar a proposta da Câmara Municipal, no sentido de não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício de competências no domínio do modelo de cogestão das áreas protegidas, que concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, ao abrigo do previsto na alínea c) do artigo vigésimo da Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. Mais deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal para aceitar a referida transferência de competências no ano de dois mil e vinte.

----- 4.2 ACORDO DE FINANCIAMENTO, DEVIDO PELAS COMPENSAÇÕES A QUE SE REFERE O ARTIGO 24.º DO RJSPP – REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TAL COMO PREVISTO NO N.º 2 DO ARTIGO 7º DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E NOS TERMOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente ao Acordo de Financiamento, devido pelas compensações a que se refere o artigo

vigésimo quarto do RJSPP – Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, tal como previsto no número dois do artigo sétimo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e nos termos da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.

----- *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, com o recurso a um trabalho em *power point*. Referiu que o assunto em questão tem a ver com o cumprimento de uma diretiva comunitária, sobre o qual a Assembleia Municipal já tinha feito uma deliberação anterior de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, e era agora chegado o momento para se estabelecer o Acordo de Financiamento. Evidenciou o trabalho feito em cooperação com a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, uma empresa especializada e os municípios, com o objetivo de clarificar os pressupostos para o concurso e chegar aos valores de cada município, sendo que cada um teve a liberdade de incluir os transportes que entendeu. Pormenorizou os valores encontrados para o Município de Carregal do Sal.

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, aceitando inscrições. -

----- *Manuel João Ferreira* – Usou da palavra para afirmar que o Bloco de Esquerda iria votar a favor. Apresentou duas sugestões: Uma, de curto prazo, que tem a ver com a colocação de horários em todas as paragens do autocarro. Uma outra, de curto/médio prazo, que tem a ver com a construção de uma estrutura de central de camionagem.-----

----- *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para informar que a bancada do Partido Socialista iria votar a favor. Colocou uma questão no sentido de saber se os trajetos atualmente existentes iriam ser repensados ou se tudo iria ficar como está. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas.-----



----- *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para responder ao membro Manuel Ferreira, informando que não se tinha apercebido da não afixação de horários. Relativamente à central de camionagem não foi equacionada, por não se verificar a realidade para tal. Relativamente ao membro Paulo Catalino, recordou que as transportadoras inseriram as linhas existentes, dando as explicações pormenorizadas acerca das linhas existentes, algumas sobrepostas e sem serem feitas, para a boa compreensão deste assunto. Disse tratar-se de um assunto complexo, fazia todo o sentido em ser modificado, mas não houve alterações ao existente, passando a estar integrados mais quilómetros. -

----- Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: unanimidade.-----

----- Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade o Acordo de Financiamento, devido pelas compensações a que se refere o artigo vigésimo quarto do RJSP – Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, tal como previsto no número dois do artigo sétimo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e nos termos da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conforme documentação que vai ser arquivada em pasta própria.-----

----- **5. PROVIDOR DO MUNÍCIPE** -----

----- **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE.**

----- O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à compreensão do ponto em análise, referindo-se ao Relatório que lhe tinha sido entregue pelo Provedor do Município, Dr. Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva, aceitando inscrições. -----

----- *António Manuel Lopes Batista* – Após cumprimentar o provedor do Município, usou da

palavra para agradecer a abordagem feita no seu Relatório, relativamente ao símbolo do Município de Carregal do Sal, que deveria ser o do brasão e não da pinha. Disse não concordar com a troca do brasão e os respetivos símbolos da uva e das romãs pela pinha, solicitando à Câmara Municipal os esclarecimentos tidos por convenientes. Concluiu, desejando as melhoras rápidas ao Provedor do Município e que continue assim.

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder.

----- *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para começar por referir que não apreciava o tom e a forma como estas questões eram abordadas, informando que o símbolo anterior à pinha, também não era o brasão do Município, questionando e pedindo ao membro da Assembleia Municipal para explicar qual a diferença entre a situação anterior e presente. Evidenciou que isso não significava que estivesse de acordo com o que foi feito anteriormente, mas o atual Executivo Camarário apenas trocou o símbolo de um *e* estilizado por uma pinha, que tinha sido devidamente estudado, mantendo o brasão do Município.-----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para reafirmar que o símbolo da pinha tinha sido pormenorizadamente estudado e que cada parte do mesmo estava diretamente associado às localidades que fazem parte da área territorial do Município. Tinha sido aprovado por esta Assembleia Municipal. Concluiu, referindo que também não apreciara a forma como o assunto foi abordado por parte do membro da Assembleia Municipal.-----

----- *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para dizer que não tinha dito que estava de acordo com a forma como o símbolo se encontrava representado anteriormente. A sua crítica é em relação ao que aparece no dia-a-dia e na sua opinião deveria ser dado mais relevo ao símbolo histórico do Concelho (o Brasão). Além de que a aprovação do símbolo da pinha, por esta Assembleia Municipal, terá ocorrido quando ainda não fazia parte da mesma.-----



----- *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para responder ao membro António Batista e referir que não lhe cabia perguntar se era contra ou a favor do anterior símbolo, mas o que estava em causa eram as suas palavras ao referir que o Executivo Camarário trocou o brasão pelo símbolo da pinha. Trocámos o símbolo de *e* estilizado por uma pinha, pelo que não foi este Executivo Camarário que trocou o brasão por um *e* estilizado. Deixou para reflexão, investigar se a maioria dos municípios usa este tipo de símbolos, independentemente de se concordar ou não com essa adoção, por uma _____ questão _____ de _____ ima-
gem.-----

----- *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para dar uma achega, referindo que nos tempos que correm é importante encontrar algo mais apelativo, indo ao encontro da imagem a transmitir. Entendia que a história do Concelho deve manter-se e o brasão, pelo que no seu entendimento estava a dar-se muito destaque à pinha em detrimento do brasão, sendo possível do ponto de vista gráfico compatibilizar esta situação e encontrar uma nova solução. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal declarou apreciado e encerrado este ponto da ordem do dia. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal, apreciou este ponto da ordem do dia, referente aos Relatórios do Provedor do Município dos anos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, nos termos da documentação apresentada, que vai ser arquivada em pasta própria. -----

----- **6. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CARREGAL DO SAL**

----- **SUBSTITUIÇÃO DE CIDADÃ ELEITORA DESIGNADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar explicações sobre este

ponto, referindo que o anteriormente elemento tinha sido proposto pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Popular, tendo estes apresentado uma nova proposta a incidir sobre o cidadão João Manuel Norte Caldeira.-----

----- *Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Usou da palavra para informar que o novo elemento a eleger substituirá o membro Joana Carvalho Lopes, que passa da modalidade alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, para a modalidade restrita dessa mesma Comissão, por indicação dos serviços de Saúde.-----

----- *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para informar que iria respeitar o acordo feito aquando do início do mandato e nada tinham a opor.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal referiu-se à metodologia de votação, por escrutínio secreto, tendo sido apurado o seguinte resultado:-----

----- Votos nulos – 2 (dois) votos;-----

----- Votos em branco – 4 (quatro) votos;-----

----- A favor – 14 (catorze) votos.-----

----- Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou por maioria, com catorze votos a favor, dois votos contra e quatro votos em branco, designar o cidadão eleitor João Manuel Norte Caldeira, para fazer parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.-----

----- **7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia e aceitou inscrições...-----

----- *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu que



a sua intervenção iria pautar-se em quatro pontos: O primeiro tem a ver com o Orçamento Participativo, deixando um alerta sobre a forma como está a ser feita a votação. Um outro aspeto, deixado para reflexão, tem a ver que aos poucos possa ficar vazio de conteúdos, tendo-se verificado uma diminuição de apresentação das propostas e de não serem apresentadas por cidadãos anónimos mas sim por Juntas de Freguesia. O segundo tem a ver com a colocação dos contentores subterrâneos e pelo facto do que se encontra junto ao Estaleiro Municipal ainda não estar a ser utilizado, ao que lhe foi respondido de imediato que já estava em funcionamento. Referiu-se, de seguida, aos passeios pedestres, pedindo esclarecimentos. Por último, tinha um voto de louvor para apresentar ao Executivo Camarário, mas não o iria fazer, referindo que não correspondia à verdade o ar tão otimista que o Vice-Presidente da Câmara colocou na sua intervenção, ao mencionar que a Câmara Municipal sempre quis resolver o problema dos transportes dos alunos para o CMAD. Nunca existiu nenhum transporte feito pela Câmara Municipal para o CMAD. Disse ser chegada a hora de ver a frequência dos alunos no CMAD como um investimento. Prosseguiu, afirmando que lê todas as atas da Câmara e da Assembleia Municipal e congratula-se quando os alunos que estudam fora do Concelho são apoiados nos transportes, situação que deveria ser extensiva aos alunos que frequentam o CMAD – Conservatório de Música e Artes do Dão. Concluiu, referindo que o único ano em que houve um autocarro para transporte dos alunos que frequentam o CMAD – Conservatório de Música e Artes do Dão, a iniciativa partiu da Associação de Pais, sendo importante passar das palavras para as ações e ver o CMAD como uma mais-valia. Disse que pretendia apresentar este assunto no próximo Conselho Municipal de Educação.-----

-----*Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu-se às armas do Concelho, afirmando que o brasão deveria ter mais relevo do que a pinha. Disse ter ouvido muitas pessoas que se insurgiram contra a pinha. O brasão está acima de todas as marcas e em primeiro lugar. Se algum símbolo tem de ser subalternizado, tem de ser a pinha e não o brasão.

----- *José Luís Pereira do Nascimento* – Após a apresentação de cumprimentos, abordou o trânsito na Rua do Salgueirinho, em Oliveirinha, que passou a ter muito trânsito por causa do parque dos *Aquinos* e os automobilistas circulam nelacom muita velocidade. Pediu a intervenção da Comissão de Trânsito. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas pelos elementos do público. -----

----- *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para informar que iria alertar os serviços sobre a situação apontada referente ao Orçamento Participativo. Quanto ao número de candidaturas informou que as mesmas não têm sido em menor número como foi referido. Quanto ao facto de ser uma Junta de Freguesia ou um cidadão a concorrer diz que tal propósito não será fácil de dirimir, dizendo que a Câmara Municipal estava aberta a sugestões. Quanto à situação dos transportes dos alunos para o CMAD, disse que reiterava textualmente o que tinha afirmado, referindo que se o munícipe António Jorge Ribeiro de Figueiredo provar o contrário, será o primeiro a pedir desculpa. A Câmara Municipal formalmente só foi auscultada para dar o transporte aos alunos do CMAD duas vezes. A primeira, há dois anos, não foi para a frente e a situação abortou por uma situação que não tem nada a ver com a Câmara que estava disponível para garantir o transporte. A segunda foi em junho passado e foi formalizada na semana anterior. Existiram comentários, mas ninguém pediu nada. Concluiu, referindo que a forma como acabou a intervenção, o deixava tranquilo e nada iria acrescentar, sendo que estaria no pleno direito de apresentar o assunto no Conselho Municipal de Educação. Reiterou tudo o que afirmou anteriormente. -----

----- Ao membro José Luís Pereira do Nascimento informou que a Comissão de Trânsito já tinha estado no local, tinha proposto a colocação de um sinal e provavelmente deslocar-se-ia de novo ao local.

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que o assunto referente aos transportes dos alunos do CMAD e da disponibilidade da Câmara Municipal para os custear, foi



tratado à sua frente e de imediato foi dada luz verde e o único constrangimento parece estar associado com os horários, pelo que o CMAD deveria também tentar fazer parte da solução, de forma a encontrar os melhores preços do transporte, através do ajustamento de horários. A verdade é que após a comunicação para o Dr. Luís de Matos, a Câmara Municipal ainda não recebeu nenhuma resposta.

----- Em resposta ao munícipe José Luís Pereira de Nascimento referiu que o assunto abordado e a petição que tinha enviado naquele dia iria ser analisado pela Comissão de Trânsito, passando, provavelmente, a solução pela colocação de lombas no local. -----

----- *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Usou da palavra para se dirigir ao Vice-Presidente e afirmar que deveria digerir um pouco mais as questões que lhe são colocadas. Dirigindo-se, de seguida, ao Presidente da Câmara afirmou que a responsabilidade não cabe a uma só instituição, em que cada uma fala por si e o que parece estar a faltar é sentarem-se à mesa para encontrar uma solução. -----

----- Esgotadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal informou que parte dos pontos iriam ser aprovados em minuta, pedindo a atenção dos presentes. -----

----- **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.**

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, pediu às Secretárias para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três ponto um, três ponto dois, quatro ponto um, quatro ponto dois, cinco e seis da ordem do dia. -----

----- Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se constituída pelos dezoito membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira,

António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Manuel João Ferreira, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, José Figueiredo Castanheira, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flório, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, Carlos Alberto Perdigão dos Santos e Adelino Morgado Carneiro. -----

----- Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade.

----- **ENCERRAMENTO.** -----

----- Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três e cinquenta e cinco minutos. -----

----- E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,

Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,

Isabel Clara Amaral Teixeira.